



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

OFENSIVA (NEO) CONSERVADORA/LIBERAL/FASCISTA: REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO – UMA ANÁLISE CONJUNTURAL NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL

Clairí Madai Zaleski Rebuá¹
Letícia Rodrigues Martins da Silva²

Resumo: Trabalharemos neste texto alguns eixos que consideramos indispensáveis para a compreensão da realidade conjuntural, dadas as circunstâncias da ofensiva (neo) conservadora/liberal/fascista, em que a retirada de direitos e o ataque às minorias se efetivam em vivas cores, sobretudo após a eleição do presidente Jair Bolsonaro no sufrágio de 2018. O novo governo apresenta, através de seu plano e em seu discurso, pouco entendimento e nenhuma preocupação com a assistência social enquanto direito e possibilidade de emancipação dos usuários, realizando retrocessos na agenda de políticas públicas com forte teor de culpabilização dos indivíduos por sua condição de pobreza, revelando ataques contra a educação de forma irresponsável e rancorosa, afirmando uma agenda ultraconservadora que moraliza e criminaliza os pobres. Trataremos das políticas sociais sobre a égide da perspectiva de cidadania onde os direitos constituem a medida da política para a construção de padrões de igualdade. Ao abordar Políticas Sociais no Brasil, é necessário considerar um conjunto de determinações econômicas, políticas e culturais, dentro de um enquadramento dessas políticas enquanto públicas e estatais, atentando para o fato que o Estado brasileiro historicamente se apresenta como instrumento da burguesia para expansão do capitalismo e grande viabilizador de seus interesses. Nesse sentido, as políticas sociais devem ser apreendidas dentro de tais configurações. Abordaremos a relação do Estado e da questão social na realidade do capitalismo, Estado que historicamente no Brasil é instrumento da burguesia, sendo sua intervenção na questão social lastreada pela lógica do capital, com as políticas sociais se configurando nessas formatações. Desenvolveremos uma reflexão sobre as expressões fascistas que vêm emergindo do cenário (neo) conservador/liberal, os porquês relacionados ao uso do termo fascismo no cenário político e social brasileiro.

Levantaremos uma reflexão sobre o conservadorismo presente na formação e na prática profissional alimentados pela conjuntura e por determinações societárias que substanciam seu avanço e a urgente reafirmação do Projeto ético-político do Serviço Social e o sentido da luta em defesa dos direitos.

Palavras-chave: Políticas Sociais; Educação; Conjuntura.

Abstract: We will work in this text a few axes that we consider indispensable for understanding the conjunctural reality, given the circumstances of the (neo) conservative / liberal / fascist offensive where the withdrawal of rights and the attack on minorities take place in vivid colors especially after the election of President Jair Bolsonaro in the 2018 elections. The new government presents through its plan and in its discourse little understanding and no concern with social assistance as a right and possibility of emancipation of users, making setbacks in the agenda of public policies with a strong content of blame of individuals for its poverty condition, revealing attacks against education in an irresponsible and rancorous way affirming an ultraconservative agenda that moralizes and criminalizes the poor. We will deal with social policies on the aegis of the perspective of citizenship where rights constitute the measure of politics for the construction of equality standards. In addressing social policies in Brazil, it is

¹ Estudante de Pós-Graduação. Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional. E-mail: <clairizaleski31@gmail.com>.

² Profissional de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <clairizaleski31@gmail.com>.

necessary to consider a set of economic, political and cultural determinations, within a framework of these policies as public and state, taking into account the fact that the Brazilian State historically presents itself as an instrument of the bourgeoisie for the expansion of capitalism and great enabler of their interests. In this sense social policies must be apprehended within such settings. We will approach the relation of the State and the social question to the reality of capitalism, a state that historically in Brazil is an instrument of the bourgeoisie, being its intervention in the social question backed by the logic of capital, with social policies being configured in these formations. We will develop a reflection on the fascist expressions that have emerged from the (neo) conservative / liberal scenario, the reasons related to the use of the term fascism in the Brazilian political and social scene.

We will raise a reflection on the conservatism present in the formation and professional practice fueled by the conjuncture and by societal determinations that substantiate its advance and the urgent reaffirmation of the Ethical-Political Project of Social Service and the sense of the struggle in defense of the rights.

Keywords: Social politics; Education; Conjuncture.

Introdução

Desde a década de 1930, as políticas sociais representam uma estratégia de controle da força de trabalho, mantendo-se assim historicamente, mudando de acordo com a correlação de forças sociais em diferentes conjunturas. É contraditória a estratégia na medida em que representa uma importante ferramenta de controle social hegemônico e reprodução do capital e também uma bandeira de luta e intervenção crítica/consciente na questão social.

A realidade da atual conjuntura brasileira demonstra um processo célere de retirada de direitos. O governo de Michel Temer (MDB, 2016-2017) tão logo assume o poder, inicia uma série de medidas de desmonte em diversos segmentos das políticas públicas, processo que se articula com as expressões (neo) conservadoras/liberais que se reforçam após o sufrágio de 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro (PSL), tendo agravantes fascistas no contexto político-social. A percepção de Konder sobre fascismo, no escrito de 1977, nos parece extremamente pertinente quanto ao contexto experienciado no Brasil atualmente

[...] exprime-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de **mitos irracionalistas** e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário [...] (KONDER, 1977, p. 21. Grifos nossos).

Essa reflexão nos contempla na medida em que a vinculamos com a campanha, eleição e posse de Bolsonaro, que teve como um de seus slogans: “*mudar isso tudo que tá aí*”, sendo chamado de *mito* por seus eleitores massificados nas redes sociais,

afirmando pautas ultraconservadoras e de moral religiosa, com corte neopentecostal fundamentalista.

O desmonte e o descaso com tudo o que é ou parece ser social, é uma marca viva desse governo, que demonstra urgência na destruição de vislumbres de equidade através de políticas públicas contundentes. Os cortes no orçamento da União (realizados em abril de 2019), reverberam sobretudo nos recursos das políticas sociais, aprofundando a política de desmonte do Estado, fomentando a mercantilização ainda maior da Saúde, Educação, Ciência, ceifando a possibilidade de promoção de políticas públicas universais. A profundidade do ataque contra a educação compromete o futuro científico do Brasil, massacra todas as esferas que poderiam promover ensino público de qualidade desde a educação básica.

O contexto de expansão do conservadorismo favorece o seu avanço também na formação profissional e na atuação do assistente social, trata-se do conservadorismo que sempre esteve presente na profissão, agora alimentado pela conjuntura, por determinações societárias que fortalecem essas expressões. Determinações como a crise econômica do capital, acentuam políticas e medidas conservadoras com forte cunho neoliberal “explicitam a incapacidade de o capitalismo viver sem crises e sem agudizar as desigualdades, violências e barbáries sociais” (Boschetti, 2015).

Tal situação nos exige compreensão para que a ruptura com o conservadorismo se efetive no campo da formação e trabalho profissional, buscando a aproximação cada vez mais necessária com o Projeto ético-político do Serviço Social. Coloca-se às claras que a defesa das liberdades e dos direitos é o sentido primordial da profissão e a luta para defender as políticas sociais é parte substancial do sentido da formação e da atuação do assistente social.

1. Políticas sociais, questão social, Estado e cidadania.

As Políticas Sociais de modo geral são condicionadas pelas características econômicas e políticas do Estado e não se dissociam da maneira como está configurada a sociedade capitalista em seus conflitos e contradições decorrentes do processo de acumulação. A Política Social expressa relações que resultam da desigualdade, são intervenções condicionadas pelo contexto histórico. Compreendemos que a concepção gramsciana de Estado Ampliado (GRAMSCI, 2007) elucida a maneira como se articula o processo político e democrático, esclarecendo o comportamento estatal, suas posturas e alianças.

O Estado, com suas instituições, políticas, programas e projetos organiza a reprodução das relações sociais. Só se pode pensar em políticas sociais públicas a partir da concretude dessas relações sociais e da resposta do Estado para a “questão

social”. Como elucida Yazbek, a questão social se expressa no processo de formação e desenvolvimento da classe operária, quando esta ingressa no cenário político da sociedade, buscando seu reconhecimento com parte do empresariado e do Estado. As desigualdades não são apenas reconhecidas, mas exigem intervenção dos poderes políticos na regulação pública das condições de trabalho e vida da classe trabalhadora. O envolvimento estatal se dá progressivamente sob forma de mecanismos de intervenção nas relações sociais, em legislações laborais e outros esquemas de proteção social. A questão social está intrinsecamente ligada à exploração do trabalho, à mobilização e organização da classe trabalhadora na luta pela apropriação da riqueza social.

É própria das dinâmicas do capitalismo a criação de condições para que o Estado seja permeável às demandas das classes subalternas para buscar legitimação política. A proteção social é também manipulação ideológica para a manutenção do sistema. No entanto, podem organizar-se, não apenas para a cobertura de riscos sociais, mas para a equalização de oportunidades, combate à desigualdade, melhoria das condições de vida da população, a partir do conceito de cidadania, políticas enquanto direito com mirada na emancipação humana. As iniciativas sem esse prisma tornam-se apenas gestão da pobreza.

1.1 A inclusão de expressões fascistas ao abordar (neo) conservadorismo e (neo) liberalismo

A sociedade brasileira é historicamente conservadora, com fortes marcas da colonialidade, herança escravocrata, alto teor de moralismo religioso/cristão e empatia com políticas neoliberais. Há uma recusa para a consciência de classe, uma classe média embriagada de sentimentos elitistas e um pobre cada vez mais afinado com o discurso da meritocracia e do empreendedorismo. As características conservadoras do brasileiro ganham amplitude quando o parlamento se apropria desse discurso já presente no senso comum, a partir da capilaridade e representatividade da igreja cristã, da mídia e de outros aparelhos privados de hegemonia. Uma engenharia da cortina de fumaça articulada para a manutenção da hegemonia do capital, do mercado e das elites, colocando em risco o processo de democratização e dissipando os direitos sociais, com expressões agressivas de todo o conjunto social, sinalizando cada vez mais um estado de fascistização.

Compreendemos que os direitos sociais previstos em Lei no Brasil são natimortos, com a formatação democrática brasileira os atingindo fatalmente ainda no

útero constitucional, sendo inúmeros os esforços para matar o que ainda não nasceu. A dimensão social do texto constitucional se faz o pior inimigo do Estado-burguês-capitalista que dissipou os vislumbres de igualdade social mais agressivamente após o Golpe jurídico-parlamentar-midiático (2016)³.

A fim de aprovar pautas neoliberais, avança no Brasil um movimento destrutivo de preconceito e opressão, reacendendo e reafirmando machismo, racismo, homofobia, militarismo e apolitismo, temperado com um ódio de classe advindo de uma burguesia amargamente afastada do povo.

Por meio de todos os poderes do Estado, os direitos democráticos são atacados evidenciando uma amálgama entre uma plataforma economicamente neoliberal, politicamente reacionária, e profundamente conservadora no âmbito comportamental. Depois que o sufrágio universal foi devidamente cassado, os gastos com Saúde e Educação devem ser congelados, os salários rebaixados, a idade para a aposentadoria aumentada, a jornada de trabalho expandida, o pensamento crítico censurado, as manifestações reprimidas, e o fundo público deve se converter em um patrimônio exclusivo dos rentistas e seus asseclas (DEMIER, 2017, p. 99).

O predomínio do neoliberalismo, de acordo com Ianni (2004), enquanto prática e ideologia, carrega em si uma guerra contra a social-democracia e outras morfologias da política, afirmando uma campanha contra tudo o que seja ou pareça social, priorizando o que é ou parece ser econômico, “em lugar do planejamento, o mercado; em substituição ao coletivismo, o individualismo; em vez da social-democracia, o capitalismo” (IBIDEM, p. 332).

Dentro da lógica de reprodução e ampliação do capital, o que é social, político e cultural passa a ser determinado pela dinâmica da economia. Essa fórmula gera tensões e contradições que fazem emergir expressões da questão social, como desemprego e pauperismo e, diante dessa realidade as lutas e protestos, são “mesclados de etnicismos, xenofobias, racismos, sexismos, fundamentalismos e outras expressões das desigualdades sociais” (IBIDEM, p. 333)

O neoliberalismo é a incubadora onde cuidadosamente se produzem as práticas e ideologias fascistas. Sob um discurso de compromisso com a democracia, os grupos de poder capitalistas/neoliberais acabam por fomentar uma sensação de desencantamento na sociedade, oriunda da desigualdade, onde a figura de um “salvador”, com discurso e práticas conservadoras passa a ser depósito de esperança.

Nesses moldes o Brasil elege um presidente que não participa de debates durante a campanha política, demonstra pouco ou nenhum entendimento da realidade

³ Nos referimos como golpe o impedimento da presidenta eleita Dilma Rousseff ocorrido em agosto de 2016, com base em interpretações jurídicas mal fundamentadas e escorregadias cuja principal justificativa – as chamadas “pedaladas fiscais” - deixam de ser crime assim que Michel Temer assume a presidência. Revelando articulações entre judiciário, parlamento e grande mídia, a instauração do pedido de *impeachment* foi feita por Eduardo Cunha, atualmente preso e condenado a 15 anos por corrupção.

brasileira em toda sua amplitude, declara abertamente (com vídeos, entrevistas, falas televisionadas e divulgadas em toda mídia social) ódio às minorias em afirmações racistas, homofóbicas, misóginas, de todos os tipos. Posiciona-se, sobretudo, pelas redes sociais, prometendo uma “guerra contra bandidos”, utilizando-se de fundamentalismo religioso em larga escala, citando Deus em suas falas, não abordando a desigualdade. Trata a questão social como problema moral e culpabiliza o pobre por sua condição. Os moldes e a face do governo brasileiro não fogem das artimanhas do sistema de acumulação: está previsto e engendrado nele, mostrando no tempo do agora dentes mais horrendos e unhas mais imundas, mas tratando-se do mesmo, com sua habilidade secular de trocar de máscaras. Como unguento, cabe-nos o acúmulo teórico e a resistência política.

2. Os rumos da educação brasileira em tempos de descaso, crise e cortes

Faz-se necessário, para analisar a conjuntura, observar a relação histórica do Estado com a educação, de que forma os governos dentro da lógica do capitalismo tardio brasileiro fomentam e priorizam investimentos. A conjuntura é o resultado difuso e contraditório do que foi impresso na história, com as cores vivas do processo de desmonte das políticas públicas numa lógica fascista e neoliberal presente no modo de governar e nas articulações políticas vigentes.

A década de 1990 no Brasil revelou a ascensão das políticas neoliberais e seus objetivos de instauração do Estado mínimo e ajuste fiscal gerando, segundo Mancebo (2004), um grande corte nos gastos públicos, privatizações de empresas estatais e de serviços públicos, além de modificar as funções do Estado, que deixou de ser:

O responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social por meio da produção de bens e serviços, devendo (...) fortalecer seu propósito de promotor e regulador desse desenvolvimento. Sua função estaria estrita a uma “ação redistributiva” dos bens sociais e ao cumprimento do objetivo de garantir a ordem interna e a segurança externa (MANCEBO, 2004, p.2).

O Estado começou a transferir algumas atividades para o setor privado, ocorrendo assim um aumento das privatizações e a criação do denominado setor público não-estatal. Segundo Mancebo (2004), esses seriam os “grandes instrumentos de execução dos serviços, que assim não demandariam o exercício do poder do Estado, mas apenas o seu subsídio”. Isso trouxe uma grave consequência para as áreas da saúde, cultura e educação, inclusive para o ensino superior “e todo o campo de produção de ciência e tecnologia”, até porque o Estado diminuiu drasticamente o investimento público em tais áreas (IBIDEM).

A década de 1990 também foi um período marcante para o crescimento do ensino superior privado no Brasil. Segundo Carvalho (2009, p. 38) este crescimento está intrinsecamente ligado à aprovação da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, Leis de Diretrizes e Bases (LDB), pois esta possui “inteira articulação aos determinantes da ‘reforma do Estado’ proposta pelo Governo FHC”.

O pós 1990, principalmente a partir da ascensão de FHC ao governo federal (1995-2002), teve como marcos da política educacional a aprovação da LDB, a promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE) (2001-2010) e a ação ofensiva do Estado brasileiro de portar-se como um “regulador” e não mais um executor das políticas sociais, seguindo as diretrizes do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDrae), documento este que viabilizou o que diversos autores cunham de *contrarreforma do Estado brasileiro* (DAHMER, 2012, p. 32).

Segundo Carvalho (2009, p. 39), a perspectiva privatista está estritamente “vinculada às concepções que fundamentaram a proposta de ‘reforma do Estado’”, pois pode-se observar que, durante a elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE), Bresser-Pereira defendia que a “educação pode ser publicizada e controlada pela administração pública gerencial, especialmente pelo controle social, já que é identificada como uma das atividades não-exclusivas do Estado” no PDRE.

É nesse contexto que se inicia uma reforma do ensino universitário no país, que está intrinsecamente ligada ao processo de reforma neoliberal do Estado. Segundo Carvalho (2009), é nessa conjuntura que as universidades passam a ser alvo de investimentos dos quais se espera retorno financeiro e produtivo. Essa situação trouxe às instituições públicas efeitos danosos, porém, nas Instituições Privadas de Ensino (IPES) esta situação intensificou “a lógica de comercialização de serviços educacionais”, com o objetivo de gerar lucro (CARVALHO, 2009, p. 45).

Foi a partir do processo de reforma do Estado que aumentaram os cortes de investimentos públicos diretos no ensino superior, pois este era tratado como um investimento supérfluo.

Carvalho menciona que o mercado e as indicações dos organismos internacionais, como por exemplo, o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), “deram o verdadeiro contorno para o florescimento do mercado estudantil”. Além disso, estipularam que, mesmo com o corte de gastos na educação, era necessário que se ampliasse o número de vagas no ensino superior.

(...) o Estado criou mecanismos para atender às “demandas societárias”, na verdade, demandas empresariais e garantir o oferecimento de uma ampla rede de ensino superior aos menores custos, ou seja, abrindo-a à mercantilização (CARVALHO, 2009, p. 47).

O surgimento da LDB está totalmente ligado ao processo de ampliação do setor privado de ensino superior. A partir dessa lei, começaram a surgir diversas “possibilidades organizacionais das instituições de ensino superior (universidades,

centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores ou escolas superiores)” (CARVALHO, 2009, p. 48).

No campo da política educacional, especificamente a de nível superior (...), tratou-se de criar uma farta regulamentação legal, que, como o próprio nome já diz, regulasse a sua expansão, colocando o setor privado como seu protagonista (DAHMER, 2012, p. 32).

Durante o governo FHC, houve um grande investimento no setor privado, principalmente no campo da educação superior. No governo Lula, no que se refere à educação, as reformas, principalmente no ensino superior, não diferem qualitativamente (houve ampliação de *campi*, vagas, políticas estudantis, etc), das que se iniciaram no governo de FHC. Além disso, surgiram algumas propostas que poderiam aprofundar, ainda mais, a privatização no setor educacional.

No que tange à educação, as reformas que vêm sendo propostas não têm se diferenciado substancialmente das que se iniciaram nos últimos dez anos, pelo menos do ponto de vista conceitual. Em especial algumas das medidas propostas apontam para uma tentativa de reconfiguração das esferas pública e privada, por intermédio das parcerias público-privadas, com o risco de aprofundamento do drástico quadro de privatização nesse setor (MANCIBO, 2004, p.03).

O governo federal facilitou a isenção fiscal para as IES privadas, com o objetivo de expandi-las e, assim, ampliar o acesso à educação superior. Como podemos observar, os recursos públicos passam a ser fundamentais para movimentar diretamente a educação privada.

Em Lima (2013), podemos perceber que a reforma universitária de Lula serviu para que houvesse um crescimento de instituições privadas de ensino superior no Brasil facilitando o acesso dos recursos públicos por parte do setor privado. A partir disso, podemos destacar as criações do Programa Universidades para Todos (ProUni), o Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), e a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O ProUni foi um programa que possibilitou o ingresso de estudantes de baixa renda nas IES privadas. Para Carvalho (2009) isso se encontra dentre as estratégias criadas pelo governo cujo intuito seria a popularização do ensino superior e a ampliação de vagas, “oferecendo renúncia fiscal além de custear bolsas de estudos para alunos pobres nas instituições privadas”. O REUNI, segundo Lima (2013), é uma certificação em larga escala, isso porque há uma expansão precária no número de vagas nas universidades federais em cursos de graduação, pois há falta de investimento adequado. Finalmente a UAB abriu precedentes para o surgimento de cursos superiores na modalidade EAD na área de ciências humanas e sociais, pois são cursos que não

demandam tanto investimento por parte dos empresários da educação. Todas essas estratégias intensificaram o processo de precarização do ensino superior.

Podemos ver que tais programas estratégicos continuaram tendo grande visibilidade e investimento no primeiro mandato da Dilma até 2016, quando ocorre o golpe jurídico- midiático-parlamentar assumindo Michel Temer. Após o golpe, Temer começou o desmonte da educação pública, cortando as verbas, principalmente da assistência estudantil, e investindo cada vez mais no processo de mercantilização do ensino superior. Tal desmonte perpetua até os dias de hoje, porém, com o governo Bolsonaro, isso se intensificou. De acordo com o ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino superior, o decreto publicado no dia 29 de março de 2019, contingenciou R\$ 29,582 bilhões do Orçamento Federal de 2019. Com isso, a Educação perdeu R\$ 5,839 bilhões, cerca de 25% do previsto. Somados os cortes, as pastas da Educação, Saúde e Cidadania tiveram R\$ 7,5 bilhões de verbas congeladas.

O levantamento feito pelo ANDES revela que a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 garantia R\$ 23,699 bilhões de verbas discricionadas para a Educação. Após o corte, os recursos caíram para R\$ 17,793 bilhões. As despesas discricionárias englobam, desde os investimentos em universidades federais, até compra de insumos básicos para o funcionamento dos serviços públicos. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) teve corte 42,27%, com o bloqueio de R\$ 2,158 bilhões do valor definido na LOA (R\$ 5.105 bi), o MCTIC ficará com apenas R\$ 2,947 bilhões. Como na educação, o Ministério já estava com o orçamento reduzido devido aos cortes dos últimos anos, e tal situação se agrava ainda mais, inviabilizando programas de bolsas e fomento a pesquisas.

O atual Ministro da Educação, Abraham Weintraub, para além de justificativas pouco contundentes sobre a necessidade de cortes para ajustar a economia, diz que os estudantes das universidades públicas no Brasil utilizam o espaço acadêmico para fazer “balbúrdia”

Antes do anúncio do bloqueio em todas as universidades federais, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, havia mencionado apenas três instituições: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). Em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo", ele falou que instituições que promovessem "balbúrdia" teriam recursos contingenciados (O GLOBO, 2 de abril de 2019, versão online)⁴

As justificativas infantis e o ataque célere às políticas públicas revela um modo preocupante de atuação do governo, acentuando a histórica despriorização do Estado

⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/universidades-que-promoviam-balburdia-segundo-ministro-da-educacao-tiveram-bloqueio-abaixo-da-media-23673349>. Acesso em: maio de 2019.

com a educação, agora com fortes tons de censura, e inacreditável recalque, um acinte ao desenvolvimento intelectual/científico e ao pensamento crítico.

Em 2018, assistimos a ações autoritárias do judiciário (TSE) nas Universidades que se mobilizaram enquanto antifascistas, com a crescente culpabilização, já em 2019, de áreas das ciências humanas, estimulando perseguições, rotulando e acusando docentes de doutrinação sob afirmações sem embasamento, que a partir das reações eram retiradas da pauta.

3. A postura do Serviço Social

A partir do Movimento de Reconceituação, o Serviço Social afirma um posicionamento contrário ao conservadorismo e às políticas neoliberais, buscando consolidar seu compromisso com a classe trabalhadora em seu fazer profissional, defendendo a liberdade, universalidade, emancipação dos indivíduos e proteção dos direitos sociais em prol da diminuição da desigualdade. Não livre das contradições que envolvem o fato de tratar-se de um trabalhador assalariado inserido num contexto político-social de morfologia neoliberal, considerando a presença do conservadorismo na profissão e na formação profissional que muda dialeticamente de acordo com as determinações societárias e conjunturais.

Para Boschetti (2015), a reatualização ou avanço do conservadorismo não deve ser tratada como algo apartado do processo cotidiano da formação e do trabalho profissional, o conservadorismo sempre esteve presente no Serviço Social e avança de acordo com algumas situações:

No campo econômico, a crise do capital reacende valores, políticas e medidas conservadoras, a exemplo da apologia ao livre mercado, a redução do papel do Estado na regulação das relações econômicas, o uso do fundo público para salvar o capital industrial e bancária em momentos de crise, a mercantilização de serviços públicos como luz, água, gás, telefonia. Todas essas medidas, largamente em curso sob o manto neoliberal desde a década de 1970, alimentam a competitividade, o individualismo e valores liberais conservadores. Mas também explicitam a incapacidade de o capitalismo viver sem crises e sem agudizar as desigualdades, violências e barbáries sociais [...] provoca uma formidável precarização do trabalho, agudiza as desigualdades sociais, intensifica a pobreza e promove a perda de históricas conquistas sociais pública, como trabalho, educação, saúde, aposentadoria, moradia, transporte. (IBIDEM, p. 640).

A elaboração do Serviço Social como profissão se deu, historicamente sob forte perspectiva conservadora. Netto (2009) atenta para dois pontos primordiais: o fato de se formar enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho como resposta conservadora às expressões da questão social, e seu surgimento como subalterna às Ciências Sociais, com ênfase no pragmatismo, características técnico-operativa e resistente a formulações teóricas e produção de conhecimento. Contra esse

ethos conservador, vai-se elaborando, a partir dos anos 1970, uma reação que culmina no Projeto Ético-Político do Serviço Social.

O enfrentamento do conservadorismo se deu e se dá, sob muita luta. Consolidase através de inúmeros processos essenciais nessa ruptura: a incorporação da teoria marxista na pesquisa e produção do Serviço Social, que possibilitou melhores produções críticas sobre os temas que engendram a teoria e o fazer profissional, rompendo com o pensamento conservador predominante nas ciências sociais; a aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais anticapitalistas, promovendo compromisso ético-político e profissional com a classe trabalhadora; superação do monopólio conservador na formação e no trabalho, com amplitude crítica e confronto de ideias; e pela organização da categoria de forma teórica, política e profissional comprometida com a classe trabalhadora, afirmando um lugar na luta de classes.

Considerações Finais

Tratar de políticas sociais e educação, dentro da realidade conjuntural, tem nos exigido fortes doses de bom senso, autocrítica, boa visão e pés firmes no chão. A tão cara utopia perseguida e cultivada pelos mais sensíveis sujeitos de esquerda não deixa de ser um leme e um estímulo para a resistência, no entanto os processos de luta e construção de equidade passam por tempos extremamente difíceis onde uma enxurrada de retrocessos, imbecilidades e violências sociais entram na ordem do dia sem pedir licença. Numa ingênua analogia, é como se antes discutíssemos o cardápio e agora temos de pensar na possibilidade de haver refeição.

A existência das políticas sociais no Brasil, ainda que fundamentalmente permeadas de contradições, assistencialismo e intervenções focalizadas são inegavelmente um contundente vislumbre de igualdade, uma trincheira na luta de classes quando vistas e tratadas sob a perspectiva da cidadania. A educação pública, longe de ser ideal ou minimamente satisfatória é um forte meio de emancipação humana, sobretudo nas universidades públicas brasileiras, que, com toda a agonia do descaso histórico, da pressão mercadológica, promovem qualidade e excelência em seu aparato intelectual/científico. Nisso reside o sentido da luta por sua manutenção.

As formas de resistência diante do avanço (neo) conservador/liberal/fascista que se materializa na figura e na face do governo de Jair Bolsonaro, em nosso entendimento, passa primeiro pela compreensão dos processos que o levaram ao poder, a observância

da sociedade civil na lógica do Estado Ampliado⁵ e o contexto histórico intrínseco ao capitalismo tardio.

Enfrentar o ataque aos direitos e à democracia trata-se de um imenso desafio onde é fundamental considerar que o fenômeno da expansão da extrema-direita pelo mundo se relaciona com um desencantamento da sociedade. O discurso emocional inflamado na figura de um “salvador” com promessas de extermínio de opositores, prosperidade e moral cristã em primeiro plano, fomenta perspectivas e esperanças sociais, ainda que agressivas e delirantes.

Há que se reconhecer a cara do fascismo, recebê-lo quando a mãe brasileira der à luz, chamá-lo pelo nome. Lidar com esse rebento maldito nos parece um meio para proteger as políticas de igualdade social, a diversidade, a liberdade e emancipação humana, afirmando urgente reafirmação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, e reavivando a ruptura histórica da categoria com o conservadorismo, de dentro e de fora. É nosso compromisso proteger e lutar, inclusive pela horda de encantados que elegeram o que consideram "mito", ainda que com ressentimentos.

REFERÊNCIAS

ANDES. Orçamento da Educação. Disponível em: <http://www.andes.org.br/conteudos/noticia/orcamento-da-educacao-sofre-corte-de-r-5-83-bilhoes1>. Acesso maio 2019.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expressões do conservadorismo na formação profissional**. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.124, p. 637-651.

CARVALHO, Clarice da Costa. **Serviço Social e Privatização do Ensino: a precarização do trabalho docente nas instituições privadas de ensino superior na Zona da Mata mineira**. 202 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

DAHMER PEREIRA, Larissa. **Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade de EAD: direito à educação ou discriminação educacional?** SER Social, Brasília, v. 14, n. 30, jan./jun., 2012, p. 32.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere - Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 244.

⁵ Entende-se como Estado Ampliado, em Gramsci, a concepção integral e dialética livre de dicotomia entre sociedade civil e sociedade política.

IANNI, Octavio. "Nazi-fascismo". In: **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 329-345.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

LIMA, Kátia. **Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século**. Serviço Social e Educação. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 11-34.

MANCEBO, Deise. **Reforma universitária**: reflexões sobre a privatização e mercantilização do conhecimento. VII Encontro de Pesquisa Educacional da Região Centro-Oeste (VII EPECO), agosto de 2004.

YAZBEK, M. C. Estado e políticas sociais. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 18, n. 1, 2008. Disponível em: Acesso em: 18 ago. 2010.